EXTRATO DE DECISÃO PROCESSO: 2019/000050505

NOME DO INFRATOR: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL PARAGOMINENSE - COOPERNORTE

INFRAÇÃO: Art. 118 incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 12 inciso II e art. 81 inciso IV e VI da Lei Estadual 6.381/2001, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 5.000 UPF's, referente ao Auto de Infração: 11597/2019/GE-RAD, e considerando que houve comprovação do cumprimento da penalidade (conforme pagamento do DAE 712389437502), sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 2019/0000052234

NOME DO INFRATOR: SONIA MARIA DE PAULA

INFRAÇÃO: Art. 118 inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 50 e art. 3º inciso II e VII do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, ANULOU o Auto de Infração: AUT-2-S/19-12-00191, face a prescrição trienal, bem como determinou que sejam efetivadas as medidas legais constantes na parte conclusiva do parecer.

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 2021/0000036367

NOME DO INFRATOR: JUA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS - EPP INFRAÇÃO: Art. 118 Inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 82 do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 225 da Constituição Federal de 1988. PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, TORNOU SEM EFEITO o Auto de Infração: 4767/2017/GEFLOR, ante a incidência da prescrição quinquenal da pretensão punitiva, conforme fundamentação e legislação ambiental pertinente, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

Protocolo: 1029065

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA

PORTARIA Nº 002/2024/CCC/GSAGA/SEGUP.

Dispõe sobre designação de Comissão Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, nomeado pelo Decreto de 22 de setembro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.708, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos e congêneres firmados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, tendo em vista os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o comando insculpido no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, quanto às determinações legais para o acompanhamento e a fiscalização dos contratos administrativos; o artigo 3º do Decreto nº 870/2013 e a Instrução Normativa nº 02/2019 da AGE: e

CONSIDERANDO a celebração do Contrato Administrativo nº 302/2023 - SEGUP/PA, celebrado junto a empresa CONSTRUTORA SINARCO LTDA, decorrente da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023-CISMVALES/MG, oriunda do Pregão Presencial nº 001/2023-CISMVALES/MG, originário do Processo nº 2023/929773, cujo objeto é a contratação de serviços comuns de engenharia, pautados na manutenção e reforma de próprios da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, incluindo praças e demais áreas verdes, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão obra, conforme condições e especificações constantes na Ata de Registro de Preços; que

RESOLVE:

Art. 1°. Designar o(a) servidor(a) PAULO ELAYR NOGUEIRA LIMA FILHO, Matricula Funcional nº 57218455, como Presidente de Comissão, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 302/2023 - SEGUP/PA; Art. 2°. Designar o(a) servidor(a) MAX SOUZA COSTA, Matricula Funcional nº 7565592, para atuar como Membro de Comissão, em substituição ao Presidente nos casos de ausência, impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3°. Designar o(a) servidor(a) HERMINIO GUILHERME MARQUES CAL-VINHO, Matricula Funcional nº 5827671, para atuar como Membro de Comissão, em substituição ao Presidente nos casos de ausência, impedimentos e afastamentos legais.

Art. 4º. Ao Presidente e aos Membros da Comissão do respectivo contrato, ora nomeados, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I. acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido instrumento sob sua gestão e emitir respectivos relatórios:

II. propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

III. controlar, observar e fazer cumprir o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;

IV. receber e atestar nota (s) fiscal (is), e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

V. verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontramse de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

 $\,$ VI. confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

VII. registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato;

VIII. manter controle atualizado dos pagamentos efetuados;

IX. comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

X. solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

XI. propor ao gestor, na hipótese de descumprimento do instrumento, a aplicação de sanções de acordo com as regras estabelecidas no Contrato. Art. 5°. Em caso de necessidade eventual de substituição será emitida Portaria específica para este fim.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 04 de janeiro de 2024.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 1029023

PORTARIA Nº 003/2024/CCC/GSAGA/SEGUP.

Dispõe sobre designação de Fiscal Titular e Suplente para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, nomeado pelo Decreto de 22 de setembro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.708, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos e congêneres firmados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, tendo em vista os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o comando insculpido no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, quanto às determinações legais para o acompanhamento e a fiscalização dos contratos administrativos; o artigo 3º do Decreto nº 870/2013 e a Instrução Normativa nº 02/2019 da AGE: e

CONSIDERANDO a celebração do Contrato Administrativo nº 351/2023 - SEGUP/PA, celebrado junto a empresa INOVE SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA, decorrente do Termo de Inexigibilidade nº 308/2023-SE-GUP/PA, oriundo do Processo Eletrônico nº 2023/1248861, cujo objeto é a participação de 2 (dois) servidores desta SecretariadeEstado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP/PA ao "Curso Completo SobreParecer-Jurídico" - Incluindo a Elaboração, Competências e Responsabilidade do Parecerista", aserrealizado na modalidade online, no período de 30 de novembro de 2023 à 01 de dezembrode2023, com carga horária de 16 horas, cuja finalidade consiste em qualificar e capacitar os servidorespertencentes a esta Secretaria para o desenvolvimento de suas funções; que RESOLVE:

Art. 1°. Designar o(a) servidor(a) ANELISE TRINDADE DE NAZARÉ, Matricula Funcional nº 5915723, como Fiscal Titular, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato n° 351/2023 - SEGUP/PA;

Art. 2°. Designar o(a) servidor(a) RAFAELLY CRUZ DE SOUZA PEREIRA, Matricula Funcional nº 5955779/3, para atuar como Fiscal Suplente, em substituição ao fiscal titular/presidente nos casos de ausência, impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3°. Ao Fiscal Titular e ao Fiscal Suplente do respectivo contrato, ora nomeados, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução: